

**MOVIMENTOS MONARQUISTAS VOLTADOS AO PLEBISCITO DE 1993:
tendências e disputas em *Manchete* (1987-1993)**

**MONARCHIST MOVEMENTS FOCUSED ON THE BRAZILIAN PLEBISCITE OF
1993: trends and disputes in *Manchete* magazine (1987-1993)**

Roberto Biluczyk¹

RESUMO

No Brasil, o contexto de transição entre a ditadura militar e a democracia proporcionou a realização, entre 1987 e 1988, de uma Assembleia Nacional Constituinte. Naquele ambiente, o deputado federal Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno introduziu um debate peculiar: a ideia de mudar a forma de governo do país, de república para monarquia, em decisão que poderia ser tomada pelo povo, mediante sua participação em um plebiscito. Após algumas reviravoltas, o projeto vingou e a votação foi marcada para 1993, incluindo também os sistemas de governo – ou seja, o presidencialismo e o parlamentarismo. No intervalo de tempo entre a aprovação e a concretização da eleição, seus tópicos motivadores continuaram presentes na agenda da imprensa, em especial da revista *Manchete*, da Bloch Editores. Por meio da análise dos conteúdos veiculados pelo semanário, pretende-se explorar as tendências e as disputas observadas entre os que defendiam publicamente o retorno das feições monárquicas à política nacional.

Palavras-Chave: Plebiscito de 1993; Monarquistas; Revista *Manchete*

ABSTRACT

In Brazil, the context of transition between the military dictatorship and democracy led to the realization, between 1987 and 1988, of a National Constituent Assembly, aimed at the elaboration of a new set of laws. In that place of discussions, the federal deputy Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno introduced a peculiar debate: the idea of changing the form of government of the country, from republic to monarchy, in a decision that could be taken by the people, through their participation in a plebiscite. After some twists and turns, the project took hold and the vote was scheduled for 1993, also including the systems of government – that is, presidentialism and parliamentarism. In the time interval between the approval and the completion of the election, its motivating topics continued to be present in the press agenda, especially in the magazine *Manchete*, by Bloch Editores. Through the analysis of the contents conveyed by the weekly, it is intended to explore the trends and disputes observed among those who publicly defended the return of monarchical features to national politics.

Keywords: Brazilian Plebiscite of 1993. Monarchists. *Manchete* magazine.

INTRODUÇÃO

Abalado pelas arbitrariedades impostas pela ditadura militar, vigente por mais de duas décadas, desde 1964, o Brasil da segunda metade da década de 1980, agora governado pelo civil José Sarney, precisava reorganizar suas leis e suas instituições, considerando a efetiva transição à democracia. Uma Assembleia Nacional Constituinte tomou posse em 1º de

¹Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: rb.biluczyk@gmail.com

fevereiro de 1987, contando com a participação de 559 parlamentares, entre deputados federais e senadores, incumbidos do dever de elaborar uma nova Constituição para o país. Nesse contexto, muitas pautas emergiram, sendo algumas delas interpretadas como bastante pontuais ou particulares, como a defesa da forma de governo monárquica.

O retorno à monarquia, extinta em 15 de novembro de 1889, carecia de clamor social, ou seja, a sociedade, como um todo, não estava engajada em prol desse tipo de mudança institucional. Mesmo assim, esse era um tema recorrente nas manifestações do deputado federal Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno, do Partido Democrático Social (PDS), eleito por São Paulo. A linha de atuação do pedessista se fundamentou na emenda popular PE00051-2, patrocinada por ele mesmo, que reuniu assinaturas de 44.632 pessoas insatisfeitas com a forma republicana e favoráveis à realização de um plebiscito a versar sobre as formas e os sistemas de governo (CUNHA BUENO, 1988).

Os conceitos supracitados não são sinônimos: formas de governo se referem à monarquia e à república enquanto os sistemas de governo concernem ao parlamentarismo e ao presidencialismo (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1993). Na Constituinte, o debate mais robusto em torno dos assuntos projetava a substituição do sistema presidencialista pelo parlamentarista. No chamado sistema de gabinete, o presidente da República divide poderes com um primeiro-ministro, ponto que despertava preferências em políticos de distintas vertentes, mas descontentava a José Sarney e a seus aliados, que viam na mudança um artifício banal direcionado à subtração das atribuições do mandatário, que enfrentava, naquele momento, elevados índices de rejeição (BILUCZYK, 2021).

Em 1987, a imprensa começou a repercutir o projeto monarquista, conectando-o diretamente a Cunha Bueno, que justificava a proposta com base na imperativa necessidade de moralização das instituições e da figura do chefe de Estado (CUNHA BUENO, 1988). O ideário, contudo, foi visto nos círculos políticos e na própria mídia como algo grotesco, extravagante, que não poderia ser levado a sério, sobretudo porque o parlamentar era considerado o único constituinte a defender a transformação político-administrativa abertamente no Congresso Nacional. Sem a adesão de seus pares, seus esforços tendiam a pouco evoluir (NÉMETH-TORRES, 2008).

A falta de apoio maciço foi, no entanto, superada a partir de março de 1988, quando Cunha Bueno se consorciou com grupos de parlamentaristas republicanos, aborrecidos com uma derrota que lhes foi imposta. No dia 22 daquele mês, após um intrincado percurso, o

presidencialismo ganhou as páginas da nova Constituição, contrariando-se os primeiros direcionamentos que davam como certa a mudança para o parlamentarismo. A permanência do sistema de governo vigente com a anuência da maioria do plenário foi considerada uma vitória do governo Sarney (BILUCZYK, 2021).

Em 2 de junho de 1988, o Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo foi aprovado pelos constituintes com 495 votos favoráveis, 23 contrários e 11 abstenções, dando um novo fôlego às reivindicações parlamentaristas e monarquistas (BILUCZYK, 2021). O pleito foi marcado primeiramente para 7 de setembro de 1993, mas, em meados de 1992, foi antecipado para 21 de abril de 1993 (CARVALHO, 2010). Após um apático processo eleitoral, que envolveu inclusive a veiculação de programas políticos no rádio e na televisão, as urnas confirmaram a conservação da república e do presidencialismo (MIGUEL, 1996). Mesmo assim, o Plebiscito foi encarado politicamente como um expediente original para se discutir temas pouco alinhados com o conhecimento popular.

A distância entre as datas de aprovação e de efetivação da votação impôs, de algum modo, a manutenção dos temas plebiscitários na agenda da imprensa brasileira. A revista *Veja*, por exemplo, desprezou a causa monarquista, delegando a ela substanciais críticas, no decorrer dos anos (BILUCZYK, 2022). Por outro lado, a revista *Manchete* explorou o tema seguindo diferente viés. Embora tenha inúmeras vezes se manifestado pela continuidade da república presidencialista, principalmente em textos de colunistas, como Carlos Chagas, o semanário sediado no Rio de Janeiro abriu relevante espaço para a apresentação de grupos monarquistas, valorizando suas diferenças e semelhanças, no que dizia respeito a elementos fundamentais ao debate.

Manchete, um semanário de variedades veiculado pela Bloch Editores, entre 1952 e 2000, foi criada em um contexto em que se sobressaíam as revistas ilustradas, sendo influenciada pela renomada *O Cruzeiro* e pela francesa *Paris Match* (GONÇALVES; MUGGIATI, 2008). A publicação logo mostrou seu potencial de concorrência, através de sua qualidade gráfica, com a predominância de fotografias muito bem impressas (BAMMANN, 2016). O hebdomadário procurou captar particularidades da política sob um estilo muito próprio de abordagem, sobretudo quando se tratava do cenário nacional, evitando julgamentos negativos de atitudes, orientando suas exposições em favor dos detentores do poder (PÁDUA, 2013).

A imprensa nem sempre foi bem vista como fonte ou objeto entre os historiadores. Outrora, era muito forte o entendimento de que somente documentos oficiais deveriam embasar pesquisas. Tal conclusão se modificou aos poucos, com a consolidação de paradigmas originais (LUCA, 2008, p. 113). Essas mudanças na forma de pensar impulsionaram novos olhares aos produtos de comunicação social, que passaram a ser considerados interessantes meios de se obter conhecimentos históricos, desde que ponderados a partir de sólidas bases metodológicas, compreendendo-se fatores operacionais e ideológicos correlatos à atividade dos mesmos, através de uma imprescindível “leitura intensiva” (ELMIR, 1995, p. 21-22).

Na década de 1950, quando *Manchete* estreou no mercado editorial, a imprensa brasileira estava paulatinamente abandonando um modelo essencialmente opinativo, onde notadamente os jornais externavam ideias específicas em prol de um grupo político ou de uma linha de pensamento, que se afinava com seus discursos (ZICMAN, 1985). Tal configuração foi substituída por uma ambicionada imparcialidade, onde os posicionamentos e os apoios permanecem nas entrelinhas e as paixões se camuflam. Em 1968, a Editora Abril introduziu o semanário *Veja*, cujo sucesso posterior foi fundamental para a decadência do padrão gráfico e jornalístico que caracterizou *O Cruzeiro* e *Manchete* (CORRÊA, 2012).

Desse modo, o periódico da Bloch Editores enfrentou momentos de transição comercial, o que o levou a absorver pequenos ajustes em seu formato, a mesclar muito sutilmente dois estilos – o ilustrado e o informativo –, e a veicular, mesmo que não prioritariamente, reportagens com textos mais consistentes. A editora possuía uma administração sumamente familiar, encabeçada por Adolpho Bloch, falecido em 1995. No período aqui analisado, o jornalista Roberto Muggiati respondia como diretor-editor de *Manchete*, enquanto Murilo Melo Filho era o responsável pelas notícias de âmbito político (BILUCZYK, 2021).

Este artigo pretende averiguar como a revista *Manchete* apresentou a existência e a atuação de grupos identificados com o ideário monarquista entre 1987, ano em que Cunha Bueno começou a notabilizar o conjunto de ideias na Constituinte, e 1993, quando o Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo foi realizado, em abril. Para tal, será utilizada a metodologia conhecida como Análise de Conteúdo. Roque Moraes (1999) sintetiza os passos para o exame das fontes, cujas primeiras ações são a leitura e a definição do que será usado, etapa que antecede a classificação ou categorização dos materiais. Com a

descrição e a interpretação das informações, o conhecimento histórico é construído, sendo articulado com referências bibliográficas e reflexões afins².

Cabe salientar que este trabalho opera alguns conhecimentos anteriormente explorados em trabalhos do autor, como em sua dissertação. Outros artigos também se debruçam sobre elementos concernentes às atividades monarquistas no Brasil, especialmente em contextos posteriores à periodização aqui adotada. O cientista político Marcos Paulo dos Reis Quadros (2017, p. 15-16) salienta que “a causa monárquica permanece presente na agenda de segmentos da sociedade e de determinados movimentos políticos”, constituindo “uma plêiade de grupos monarquistas ativos em todo o país”.

Para William Giovanaz Figueiró (2015), os movimentos monarquistas atuantes no século XXI contam com uma importante ferramenta de divulgação: as redes sociais e a internet como um todo. Esses elementos contribuem para a reunião de seus simpatizantes. Contudo, busca-se neste momento um foco específico, privilegiando-se detalhes inerentes à atividade de algumas dessas associações entre 1987 e 1993, espaço de tempo em que a causa se misturava à projeção de uma eleição sobre o tema, pontuando-se o passado monárquico brasileiro e a ideia de futuro capitaneada pelos adeptos da monarquia.

FORMAS E SISTEMAS DE GOVERNO NA HISTÓRIA DO BRASIL

O Brasil se emancipou de Portugal em 1822 sem que suas estruturas políticas, econômicas e sociais fossem severamente alteradas (NAPOLITANO, 2017). Diferentemente do que aconteceu nos demais países da América Latina, o Brasil conservou a monarquia como forma de governo. Seu primeiro imperador foi Dom Pedro I, da dinastia de Bragança – família que também reinava sobre a antiga metrópole, através de Dom João VI, pai do supracitado. A primeira Constituição brasileira foi outorgada em 1824, após o soberano desfazer a Assembleia Constituinte e eliminar artigos da nova Carta que não lhe agradavam. O documento teve validade até 1889 (SCHWARCZ; STARLING, 2016).

Uma das prerrogativas impressas no conjunto de leis era o Poder Moderador, destinado ao imperador, que se sobrepunha aos outros poderes – principalmente ao Legislativo e ao Judiciário, uma vez que o monarca também detinha o Poder Executivo. O

² Outros detalhes acerca da metodologia aplicada e dos procedimentos envolvidos podem ser encontrados em Moraes (1999).

soberano, assim, fazia valer sua vontade, sempre que achasse pertinente (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1993). Enquanto os discursos e os vocábulos da Constituição remetiam a uma inspiração liberal, a sociedade estava fortemente hierarquizada e lançava mão da escravidão como regime de trabalho, um ponto de contradição que marcou indelevelmente a organização social e política imperial brasileira (NAPOLITANO, 2017).

Em 1831, Dom Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho, Dom Pedro II, de cinco anos de idade, retornando para Portugal, onde veio a falecer três anos mais tarde. A menoridade do herdeiro inviabilizou sua posse imediata, acionando-se, destarte, o expediente das regências, até 1840. Uma manobra política, contudo, proporcionou a ascensão do jovem soberano, aos quinze anos. Em 1847, o Brasil passou a contar com o presidente do Conselho de Ministros, político que, designado por Dom Pedro II, chefiava a equipe ministerial e indicava os demais componentes do gabinete (DOLHNIKOFF, 2017). Essa experiência se inspirou livremente no sistema parlamentarista de governo, vigente em muitas monarquias europeias, sem tirar, no entanto, os reforçados poderes do imperador.

Com os anos, a monarquia começou a ser vista como um modelo demasiadamente antiquado para as necessidades do país, sobretudo devido à manutenção da escravidão e à insatisfação gerada pela participação do Brasil na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), fatores que se tornaram preponderantes para que grupos acolhessem melhor as ideias sobre a instalação da forma republicana de governo. No entanto, o ideário republicano permaneceu basicamente restrito aos meios militares – especialmente o Exército – e a setores de menor expressão política. Esses movimentos, ao mesmo tempo, divergiam sobre o momento ideal para a implantação do novo modelo (LEMOS, 2009).

Ao ser proclamada em 15 de novembro de 1889, após a deposição de Dom Pedro II, a forma republicana se tornou um instituto permanente na organização administrativa do país. O governo do marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente, prontamente estabeleceu meios de impedir a restauração do antigo *status quo*. Entre as medidas adotadas pela administração estavam o banimento da família imperial brasileira – revogado em 1920. Por sua vez, o decreto 85-A, de 23 de dezembro de 1889, eliminou chances de contestação imediata à nova forma de governo, valorizando a configuração recém-implantada e cerceando a liberdade de ação dos indivíduos que prezavam pela volta da monarquia (NÉMETH-TORRES, 2008).

Inspirada no decreto, a primeira Constituição republicana, datada de 1891, absorveu a inadmissibilidade de projetos direcionados à alteração da forma de governo, um item incluído em um rol de artigos denominados como cláusulas pétreas, que não podem ser modificadas ordinariamente, exceto por uma nova Constituinte (SANTOS, 1992). Assim, os monarquistas foram juridicamente rotulados como “subversivos”, não obtendo espaços legais e oficiais para suas reivindicações (JANOTTI, 1986, p. 7). Paulatinamente, as ideias monárquicas passaram a frutificar somente em grupos mais fechados, com menor penetração na sociedade.

A força da causa monárquica foi afetada, outrossim, pelo falecimento de Dom Pedro II, ocorrido no exílio, em Paris, no ano de 1891 (NÉMETH-TORRES, 2008). Atividades e conflitos entre os descendentes do antigo imperador seguiram repercutindo nas esferas de grupos favoráveis ao restabelecimento das antigas feições de poder, em teses que moldaram seus pensamentos, impulsionando a construção de memórias e repercutindo acontecimentos conexos às tradições dinásticas do clã, desprovidas de quaisquer valores políticos de fato (BILUCZYK, 2020).

A perenidade da forma republicana se manteve nas Cartas porvindouras, em 1934, em 1937, em 1946 e em 1967, tendo sido a cláusula pétrea derrubada na Constituição de 1988, com grande influência de Cunha Bueno. Nada disso, contudo, impediu a existência de sociedades monarquistas no Brasil, enquanto a proibição vigorou (NÉMETH-TORRES, 2008). Algumas delas tiveram a oportunidade de se tornarem mais conhecidas em virtude de suas aparições na revista *Manchete*. A emergência do ideário na Constituinte deu o tom das manifestações desses grupos, marcados pela heterogeneidade, dotados de muitas particularidades entre si, nos ritos e nos pensamentos.

OS MOVIMENTOS MONARQUISTAS EM *MANCHETE*

Com o passar dos anos, *Manchete* publicou uma série de menções à monarquia em suas páginas. O assunto geralmente se conectava a temas internacionais, a exemplo dos acontecimentos alusivos à família real inglesa, ilustrando-se pautas alheias ao direcionamento plebiscitário. Das matérias pertinentes ao panorama aqui exposto, com ligações aos grupos envolvidos na busca pela instalação de uma forma de governo monárquica no Brasil, destacaram-se, antes do período eleitoral, ao menos cinco reportagens publicadas em diferentes contextos, entre maio de 1987 e setembro de 1992.

Na primeira delas, veiculada em 16 de maio de 1987, poucas semanas depois das primeiras manifestações públicas de Cunha Bueno sobre o tema, a jornalista Marilda Varejão procurou contextualizar, em uma matéria de oito páginas, com dez fotografias – creditadas a Oscar Cabral –, os acontecimentos mais recentes em torno do assunto, indagando no título: “Monarquia: o Brasil de volta ao futuro?”. Na reportagem, Varejão pontuava que as disputas entre o presidencialismo e o parlamentarismo eram “as mais acaloradas” na Constituinte, mas as pretensões de Cunha Bueno em prol da monarquia estavam chamando a atenção (VAREJÃO, 1987).

A repórter afirmou que Cunha Bueno tentava um “verdadeiro golpe parlamentar” ao querer “acabar com a República”, “uma proposta tecnicamente subversiva” – considerando-se a cláusula pétrea que impedia a contestação da forma de governo –, mas que se amparava em exemplos de sucesso, como a restauração da monarquia espanhola (VAREJÃO, 1987, p. 20-21). Naquele país, houve uma bem sucedida reintrodução da figura do rei, após anos de uma sangüinária ditadura, em um processo negociado entre o ditador Francisco Franco e o rei Juan Carlos de Borbón, efetivado após a morte do primeiro, em 1975 (BILUCZYK, 2020).

A reportagem se insere nas repercussões acerca dos primeiros atos da Constituinte, os quais também eram influenciados pela séria crise econômica culminada a partir do fracasso do Plano Cruzado, medida que monopolizou a audiência no ano anterior, interferindo, inclusive, no resultado das eleições, em favor do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sigla de filiação do presidente José Sarney (FERREIRA, 2018). Na visão dos monarquistas, segundo Varejão, a Assembleia era a grande oportunidade para se “jogar uma pá de cal e enterrar definitivamente este agonizante sistema de governo presidencialista”, recompondo-se “a grandeza e a pujança” do Brasil (VAREJÃO, 1987, p. 20-21).

A reportagem de Varejão apresentou grupos interessados na implementação da monarquia, alguns dos quais convergentes, outros divergentes em suas demandas. O primeiro se relacionava ao chamado *lobby* monarquista. No contexto, um *lobby* era um grupo de pressão responsável por capitanear apoios a uma determinada causa, a ser avaliada pelos parlamentares responsáveis pela escrita da nova Constituição (COSTA, 2015). O referido *lobby* poderia ser composto por todos aqueles que se habilitassem a trabalhar pela monarquia no âmbito da Constituinte. Seus esforços se concentravam na liderança de Cunha Bueno (VAREJÃO, 1987).

Em adesão ao *lobby*, outra sociedade emergia: o Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos (IBEM), sediado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, com declarada ramificação no Paraná. Essa associação monarquista, conforme Varejão, se organizou em agosto de 1985, derivando de um grupo homônimo fundado em 1978, no Rio de Janeiro. O IBEM se destacava por capitanear ideias de “instauração” de uma monarquia no Brasil, sem necessariamente resgatar de maneira plena a sequência da tradição dinástica da família Orléans e Bragança na designação de um eventual monarca, algo que configuraria uma “restauração” (VAREJÃO, 1987, p. 24).

Entre os membros de relevância do IBEM de Porto Alegre estavam o secretário-geral Aldo Borges Campagnola e o representante da ala jovem Fernando Baptista Bolzoni, destacado pela repórter por ser um estudante de Direito com 18 anos de idade. Rut Coutinho Bandeira, filiada ao IBEM paranaense, atuava em conjunto aos demais na tarefa de divulgar a monarquia junto aos gabinetes dos parlamentares. Campagnola dizia ser socialista, Bolzoni era filiado ao Partido da Frente Liberal (PFL) e Bandeira, ligada ao PMDB, informação que, por si, visava convencer o leitor acerca de uma variedade de pensamento entre os integrantes de uma mesma agremiação pró-monarquia (VAREJÃO, 1987).

O anseio da “instauração” derivava de alguns problemas enfrentados pelos descendentes de Dom Pedro II, que não se entendiam muito bem acerca de quem era o verdadeiro sucessor do antigo imperador. Para um grupo, habitualmente denominado Ramo de Petrópolis, Dom Pedro Gastão, filho de Dom Pedro de Alcântara, o filho mais velho da Princesa Isabel, era o legítimo herdeiro das tradições. Para o Ramo de Vassouras, o real habilitado a dar sequência à dinastia era Dom Luiz, devido à renúncia juramentada assinada por Dom Pedro de Alcântara, em 1908, que beneficiou o avô do postulante, Dom Luiz Maria, irmão do abdicante (NÉMETH-TORRES, 2008).

Dom Luiz e seu irmão mais novo, Dom Bertrand, eram integrantes da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), criada por Plínio Corrêa de Oliveira. Esse era outro ponto delicado, reprovado por muitos monarquistas, inclusive dentro da própria família, como *Manchete* deu a conhecer em depoimentos prestados por parentes dos tefepistas, como o irmão deles, Dom Eudes. Para Eudes, que, ao casar-se, havia desistido dos pretensos direitos sucessórios para si e seus descendentes, o rei ideal deveria ser outro de

seus irmãos, Dom Antônio, que, na matéria, apontava Dom Luiz como o fidedigno credenciado ao cargo, em atendimento à sequência dinástica³ (VAREJÃO, 1987).

Em contraposição ao pensamento do IBEM, Varejão citou a existência de outra agremiação, o Instituto Brasileiro de Pesquisas Monárquicas, o Ibrapem, atuante no Rio de Janeiro e composto a partir de uma dissidência do IBEM daquele estado. Os membros do Ibrapem consultados pela repórter de *Manchete*, além de rechaçarem por completo a criação de uma nova dinastia, ainda se colocavam como favoráveis à criação de um Partido Monarquista, apto a defender os direitos de Dom Luiz como monarca brasileiro. A pouca quantidade de adeptos desses movimentos era, para a jornalista, um empecilho para a concretização da formação partidária (VAREJÃO, 1987).

Em nome do Ibrapem, foram entrevistados três representantes. O professor e historiador Otto de Alencar Sá Pereira, cuja ascendência ligada à fidalguia portuguesa ganhou várias linhas na reportagem, enfatizava sua preferência por Dom Luiz e relatava ter criado, na década de 1950, uma outra associação, a União Nacional dos Universitários Monarquistas (UNUM), cujas atividades foram efêmeras, durando cerca de um ano e meio. Na sequência, Pereira adentrou na TFP, onde permaneceu até 1970 (VAREJÃO, 1987).

Cabe salientar que a TFP, uma organização de inspiração católica ultraconservadora, que trazia entre seus preceitos a ideia de que a monarquia é “a maneira mais perfeita” de se preservar “a harmonia e a ordem desejadas por Deus” (ZANOTTO, 2012, p. 131), não participava diretamente, como instituição, dos apelos pela instauração ou restauração da forma de governo no Brasil, por razões regimentais, ao contrário do que faziam individualmente alguns de seus membros, de fato interessados em elevar um dos seus, no caso, Dom Luiz, ao privilegiado posto de rei (ZANOTTO, 2012).

Ligados ao Ibrapem e ao Partido Monarquista, “que começou a ser cogitado em 1980 e articulado a nível nacional em 19 de outubro de 1986”, também foram entrevistados o arquiteto Luiz Manoel Cavalcanti Gazzaneo e o presidente do Ibrapem, Ubirajara Rodrigues da Silva, salientado por Varejão por uma característica étnica e social: sua ascendência africana, portanto escravizada no período imperial. Sem embaraços e sem citar o passado escravocrata do Brasil, habitualmente correlacionado à monarquia, Silva ressaltava que o

³ Os adeptos do Ramo de Vassouras entendiam Dom Luiz como o primeiro na linha de sucessão, seguido por Dom Bertrand. Dom Antônio, citado acima, era o terceiro da lista. Essa relação já considerava eventuais renúncias ao direito tradicional familiar. As abdições eram geralmente motivadas por casamentos “desiguais”, ou seja, entre um membro da família e uma pessoa tida como plebeia, não-nobre.

Ibrapem era uma sociedade “essencialmente cultural”, preocupada em difundir a “ideia monárquica” em “todos os setores” (VAREJÃO, 1987, p. 25).

O secretário-geral do partido em organização, o comandante Bruno Macedo de Carvalho, e Cunha Bueno, que não estava associado a esse grupo, apresentaram, no decorrer da matéria, vários argumentos similares para sustentar a ideia monárquica fundamentados nas experiências de sucesso no mundo. Varejão afirmava que o Partido Monarquista lembrava muito a Ação Imperial Patrianovista Brasileira, com viés semelhante e atuação no Brasil, entre o final de década de 1920 e o início da década de 1960. Por fim, citou-se, sem muitos detalhes, outro modelo de sociedade interessada no tema: os Círculos Monárquicos, que não eram únicos e se organizavam em diferentes locais (VAREJÃO, 1987).

A conclusão da matéria evidenciou uma série de membros da chamada família imperial, também retratados nas fotografias. Alguns deles se dividiam entre “gastãozistas” e “luizistas”, conforme a “questão dinástica”, enquanto outros davam de ombros e desconversavam sobre o tema. A repórter também explorou pensamentos que entendiam a mudança da forma de governo como inviável, a exemplo do que dava a conhecer o jornalista Villas-Boas Corrêa, do *Jornal do Brasil*. O diretor do Museu Imperial de Petrópolis, Lourenço Lacombe, expôs para a reportagem um diário escrito por Dom Pedro II, sob salvaguarda da instituição, onde o imperador salientava certa opinião favorável a um modelo republicano no Brasil (VAREJÃO, 1987, p. 26-27)⁴.

Doravante, pontuais conquistas de Cunha Bueno acerca do assunto foram sinalizadas em pequenas notas na seção “Posto de Escuta”, de Murilo Melo Filho, como no caso da retirada da cláusula pétrea que restringia a contestação à República, com importante discussão em outubro de 1987, e da aceitação à formalização do Plebiscito de 1993, deliberada em junho de 1988 (MELO FILHO, 1987; MELO FILHO, 1988). Ressalta-se que a garantia constitucional para a forma republicana foi derrubada em uma votação finalizada no dia 17 de março de 1988 (NÉMETH-TORRES, 2008), abrindo espaço para contestações mais robustas, entretanto o tema não ganhou atenções diretas da revista.

A nova Constituição foi outorgada em 5 de outubro de 1988 e no dia 31 de dezembro daquele ano, outra reportagem de *Manchete*, assinada pela jornalista Malu Lopes, deu ênfase

⁴ Cabe salientar que muitas das reportagens de *Manchete* encontravam ecos na audiência da revista. Leitores escreviam cartas para a redação e algumas delas eram publicadas na seção “O Leitor em *Manchete*”, semanas mais tarde, fazendo elogios e/ou críticas ao semanário e também se posicionando acerca das divergências que envolviam o tema “monarquia no Brasil”, como a questão dinástica. Por razões de espaço, não detalharemos essas opiniões, as quais não apresentaram novidades expressas sobre os assuntos já discutidos nas matérias.

às movimentações monarquistas. Em seis páginas, com nove fotografias – algumas delas, como as de membros da família Orléans e Bragança, as mesmas ou similares às utilizadas por Marilda Varejão, no ano anterior –, Malu Lopes recordou que o brasileiro aguardava o momento de eleger um presidente da República “pelo voto direto, e pela primeira vez em mais de 20 anos”, salientando que os monarquistas estavam, no entanto, mais preocupados com o Plebiscito de 1993 e que eles já se pronunciavam pela “volta da monarquia”, almejando uma união em torno da causa (LOPES, 1988, p. 115-116).

Desconsiderando pormenores semelhantes aos da reportagem anterior, obtemos a notícia de que um grupo denominado Movimento Monárquico Constitucional (MMC) havia se reunido no dia 18 de dezembro de 1988, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro. Um dos objetivos do encontro, convocado através de anúncios no jornal, era congregar as diferentes associações monarquistas, em prol da superação de temas delicados, como as desavenças familiares entre os integrantes do clã Orléans e Bragança. O assunto, porém, foi colocado de lado por Cunha Bueno, um dos organizadores do ato. A jornalista salientava que a sucessão dinástica seria alvo de apreciação pelo Congresso Nacional, em caso de vitória da forma de governo (LOPES, 1988).

Conforme Lopes (1988), era imperativo ao MMC “abortar o movimento desencadeado no Rio para a criação do Partido Monarquista”. Enquanto apoiadores do partido, como seu presidente provisório José Durval de Souza e Silva, entendiam que o rei precisava de “sustentação” no Parlamento, através de uma agremiação de centro-direita, Cunha Bueno declarava que “um rei não pode ter partido”, devendo “governar acima de todos os grupos”. Para o pedessista, a formação de uma agremiação dessa natureza comprometia a causa. Com isso, a repórter apontou que, no encontro, os monarquistas estavam evidenciando mais as suas divergências do que obtendo um consenso (LOPES, 1988).

Cunha Bueno, em livro de sua autoria lançado naquele ano, já havia demonstrado sua contrariedade à formação de um “partido do rei”. No impresso, ele exaltou aspectos da monarquia, associando-os à democracia, ponderando sobre o papel do monarca: “a monarquia não é um partido, mas, sim uma ordem superior de organização do Estado” (CUNHA BUENO, 1988, p. 62). Tergiversando sobre questões secundárias, a exemplo da nomenclatura que seria dada ao soberano, rei ou imperador, o autor salientava com veemência que o brasileiro possuía afinidades com a monarquia, ao designar seus ídolos mais caros com o

título de rei e rainha, a exemplo de Pelé, conhecido como o rei do futebol (CUNHA BUENO, 1988). Esses argumentos também afluíram na reportagem de *Manchete* (LOPES, 1988).

Os monarquistas convergiam nas críticas direcionadas ao modo como a república foi instalada, em 1889, entendendo o ato como um golpe. Interessados em iniciar o quanto antes seus trabalhos de divulgação, levantavam outras hipóteses, como a que afirmava que a manutenção de uma família real seria mais barata que a da família de um presidente da República, algo supostamente defendido pelo deputado pedessista Delfim Netto, que, naquele contexto, endossava um projeto tardio de parlamentarismo. Para os monarquistas, Delfim Netto era um apoiador de seu movimento, ponto que não encontrava muita convicção na análise da repórter Malu Lopes (LOPES, 1988).

Também compareceram à reunião do MMC: o professor e historiador Otto de Alencar Sá Pereira, citado por Varejão no ano anterior; o sociólogo Ovídio Cunha; o almirante Múcio Piragibe Bakker e o publicitário Caio Domingues, que estamparam uma ampla fotografia, em companhia da bandeira imperial. Não houve menções a novos movimentos em específico, como ocorrido na matéria de Varejão, reiterando-se somente a polêmica em torno de Dom Luiz, de Dom Bertrand e da TFP, bem como a pouca variedade de perfis etários e sociais inerente aos apoiadores da monarquia, uma vez que, entre os que compareceram à reunião, notava-se a predominância de um público maciçamente masculino, com média de idade possivelmente superior a cinquenta anos (LOPES, 1988).

A terceira reportagem, de 27 de maio de 1989, deu importância, novamente, a Dom Pedro Gastão, juntamente com seus familiares mais próximos, presentes na maioria das fotografias. Em seu título, a matéria conjecturava se a família real iria “subir a rampa” do Palácio do Planalto, em Brasília. Assinado por Miriam Malina, o texto jornalístico levantou a questão dinástica e a dúvida que pairava entre os adeptos da causa monarquista, que ainda não possuíam pleno entendimento sobre a virtual sucessão na realeza. A jornalista assinalou a existência de dois grupos: o Movimento Parlamentarista Monárquico (MPM), com certa inclinação à pessoa de Dom Pedro Gastão, e os Círculos Monárquicos, alinhados com Dom Luiz, outra vez lembrado por sua ligação com a TFP (MALINA, 1989).

Amparada, outrossim, em oito páginas e treze fotografias, Malina recordou a queda da “clandestinidade” dos movimentos monarquistas no Brasil, efetuada durante a Constituinte, que também deliberou acerca do Plebiscito de 1993. A jornalista não citou diretamente o deputado Cunha Bueno, lembrado apenas por Dom Pedro Gastão, que o enaltecia como um

aliado. A reportagem também descreveu a solenidade de fundação, em Petrópolis, do Círculo Monárquico Dom Pedro II, o primeiro do município fluminense, que seria presidido por um militar, o coronel Luiz Cláudio Guimarães D'Álamo Louzada. Outros políticos e militares também se fizeram presentes no evento (MALINA, 1989).

Líderes de Círculos Monárquicos foram notabilizados por Malina, sendo entrevistados e ressaltados em seus pensamentos. Clóvis Mendes de Moraes, do Círculo Monárquico Princesa Isabel, de Queimados, Rio de Janeiro, alegava que a monarquia ia além de ideologias, pois “até comunistas podem se filiar à gente”. Otto de Alencar Sá Pereira, agora citado como presidente do Círculo Monárquico Dom Luiz de Orléans e Bragança, “o segundo círculo a ser fundado no Rio”, ponderava sobre os benefícios do parlamentarismo, palpitando sobre a preferência da maioria dos monarquistas no pleito presidencial de 1989: o candidato Fernando Collor de Mello (MALINA, 1989, p. 42-45).

Entre adesões, presenças e tradições, a reportagem elencou possibilidades para o desenvolvimento da demanda monarquista, realçando, igualmente, outros integrantes da família, como Dom João Henrique, que destoava do estilo habitual, ao se apresentar como surfista e fotógrafo, possuindo uma aparência mais jovial, questão também explorada por Varejão e Lopes (VAREJÃO, 1987; LOPES, 1988; MALINA, 1989). Sobrinho de Dom Pedro Gastão, Dom João Henrique não despontava como possível rei por sua posição desfavorável na dinastia, mas era constantemente recordado como um postulante identificado com a juventude, algo refutado por setores mais tradicionais (NÉMETH-TORRES, 2008).

Após um hiato, o interesse na pauta foi retomado em 30 de março de 1991, ponderando-se o trabalho de divulgação publicitária efetuado por simpatizantes da causa monarquista, visando o Plebiscito de 1993. Nesse momento, porém, a eleição planejada ainda não dispunha de regulamentação, estatuto que somente obteve em fevereiro de 1993 (BILUCZYK, 2021). A reportagem de Cláudio Accioli operou novamente clichês explorados pelas demais repórteres, como os perfis dos integrantes da família Orléans e Bragança; suas atividades corriqueiras; as incertezas culturais sobre a sucessão e a sequência da tradição; a presença de Dom Luiz na TFP; e o papel de Cunha Bueno na Constituinte e nos desdobramentos da campanha prévia (ACCIOLI, 1991).

Tais posicionamentos impunham uma notória divisão entre os grupos. Os interessados na instauração da monarquia, como Cunha Bueno, que na matéria dizia defender a ascensão de Dom Pedro III, isto é, de Dom Pedro Gastão, como rei, estavam agrupados no Movimento

Parlamentarista Monárquico, cuja campanha estava a cargo do publicitário Caio Domingues. “O que estamos tentando fazer é um trabalho de doutrinação, oferecendo à população algumas explicações fundamentais”, declarava Domingues, que se deixou fotografar com um dos adesivos confeccionados, o qual trazia a frase: “Caia na real. Monarquia é o ideal” (ACCIOLI, 1991, p. 40).

De acordo com Accioli, o MPM promovia palestras e conferências em escolas e universidades e já contava com cerca de 35 mil membros filiados em todo o Brasil. Em setembro daquele ano, o movimento pretendia lançar um jornal, denominado *Cara & Coroa* (ACCIOLI, 1991). A base ideológica do grupo visava convencer a audiência sobre um pretenso fracasso da República, responsável, segundo os monarquistas, por golpes de Estado, rebeliões, entre outros deméritos de instabilidade política, de longa data presentes nos discursos do deputado pedessista (CUNHA BUENO, 1988).

Em outra frente, os chamados “restauracionistas” encontravam bases nas atividades promovidas pelos Círculos Monárquicos – descritos por Accioli como “organizações limitadas a comunidades menores” – e pela Juventude Monárquica do Brasil (JMB), fundada em novembro de 1988. A JMB, conforme a reportagem, era presidida pelo advogado José Guilherme Beccari e reunia 6.500 membros “entre filiados e simpatizantes”, que recebiam malas diretas com brindes como chaveiros, agendas e distintivos, os quais traziam estampados o retrato de Dom Luiz. Junto às correspondências, textos em *folders* exaltavam o passado monárquico do Brasil, condenando a República (ACCIOLI, 1991).

Esses movimentos reforçavam a conclusão de que o monarca, fosse quem fosse, não exerceria o poder de fato, uma vez que não era almejada uma monarquia absolutista, e sim, constitucional (ACCIOLI, 1991). Mesmo assim, costumava vir à tona a ideia de que o Poder Moderador, característico do Império do Brasil, seria retomado, o que deixaria o rei com atribuições bem maiores do que as de representação, típicas de um chefe de Estado que não acumula a chefia de governo. Semelhante ideário encontrava acolhimento nos discursos de Cunha Bueno, desde, pelo menos, a Constituinte (CUNHA BUENO, 1988).

Nenhum dos entrevistados por Accioli informava quem eram os financiadores dos materiais confeccionados. Reconhecia-se, tão somente, que os simpatizantes da causa enviavam contribuições financeiras para a manutenção das campanhas. O repórter ainda informou que os monarquistas tinham dificuldades em quantificar seus pares, utilizando números geralmente obtidos em pesquisas de diferentes naturezas, as quais também buscavam

perceber como o assunto era interpretado pelo virtual e futuro eleitor. Esses levantamentos costumavam produzir conclusões inusitadas sobre quem deveria ser o rei (ACCIOLI, 1991).

Em 8 de agosto de 1992, uma nota na seção “Top” demonstrou que a convicção de Cunha Bueno sobre o tema “monarquia” continuava firme, contudo, ele já não se manifestava sobre a questão dinástica, afirmando ser um “seguidor da casa de Bragança”⁵. Sua conclusão, em realidade, abria um leque ainda mais substancial de candidatos. Além dos ramos de Petrópolis, de Dom Pedro Gastão, e de Vassouras, de Dom Luiz, também existia o chamado Ramo Saxe-Coburgo-Bragança, descendente de Leopoldina, a filha mais nova de Dom Pedro II. A matéria de Varejão, no passado, já havia informado sobre esse setor familiar, tido como secundário na sucessão por meios tradicionais (VAREJÃO, 1987,).

A nota também informou outro recurso utilizado pelos monarquistas: a transmissão de rádio. Através de uma frequência alugada em Brasília/DF, veiculava-se o conteúdo da Rádio Monarquia. Uma fotografia junto à nota supracitada demonstrava que Cunha Bueno participava ativamente da programação da emissora, o que pode sugerir que a iniciativa tenha partido do grupo mais alinhado ao político paulista⁶. Mesmo assim, a atividade radiofônica não foi correlacionada a nenhum dos movimentos monárquicos, em específico. Àquela altura, o Brasil voltava seu interesse ao processo investigativo contra o presidente Fernando Collor de Mello, que enfrentava denúncias de corrupção e seria afastado do poder em outubro, passando por *impeachment* em dezembro daquele ano.

A última reportagem do período anterior a 1993 voltou a dar notoriedade à Juventude Monárquica do Brasil, ressaltando, em 5 de setembro de 1992, aspectos comportamentais dos jovens consorciados à entidade. O repórter Mauro Silveira exibiu, em quatro páginas, oito fotografias creditadas a Vic Parisi, que confirmavam depoimentos prestados por integrantes da sociedade ao longo da redação. Esses apoiadores aliavam gostos comuns entre os jovens com formalidades, como a utilização de pronomes de tratamento como senhor e senhora ao se dirigirem a seus colegas contemporâneos (SILVEIRA, 1992, p. 64-65).

A preferência por Dom Luiz continuava primando entre os associados, quantificados por Silveira em 300 mil simpatizantes espalhados por todo o Brasil, número muito superior ao levantado por Accioli em 1991: 6,5 mil (ACCIOLI, 1991; SILVEIRA, 1992). Em São Paulo, a JMB era apoiada em suas atividades pela Ação Monárquica Feminina (AMF), composta por

⁵ Quem vai para o trono. **Manchete**, nº 2105, 8 ago. 1992, p. 68.

⁶ Quem vai para o trono. **Manchete**, nº 2105, 8 ago. 1992, p. 68.

30 mulheres que se reuniam semanalmente, representadas na matéria por sua presidenta, Marilene de Oliveira Queiroz (SILVEIRA, 1992).

A JMB, ainda sob liderança de José Guilherme Beccari, e a AMF promoviam a divulgação de suas ideias, organizando suas demandas através de tecnologias emergentes, como o computador (SILVEIRA, 1992). Um ponto relevante a ser pormenorizado é que, ao citar os jovens, *Manchete* deixou transparecer que os mesmos não eram adeptos de um monarca jovem como Dom João Henrique, ao contrário do que havia sido sugerido em outras ocasiões. A Juventude Monárquica do Brasil se expunha como uma organização tão conservadora como outras tantas que apoiavam Dom Luiz.

Nos meses que antecederam a disputa eleitoral, o periódico modificou seu estilo, explorando mais especificamente os atos do Movimento Parlamentarista Monárquico (MPM), formalmente responsável pela campanha política. A regulamentação do Plebiscito de 1993, promulgada pelo presidente Itamar Franco através da lei 8.624/1993, em fevereiro daquele ano, após breves debates no Congresso Nacional, orientava a formação de três frentes: o Parlamentarismo com República, o Presidencialismo com República e o Parlamentarismo com Monarquia, as quais deveriam ser “organizadas sob a forma de sociedade civil” (BRASIL, 1993).

Sob posse das regras, o grupo do “Parlamentarismo com Monarquia” elaborou seu projeto e foi à televisão sem resolver velhas contendas, como a questão sucessória, apesar de algumas tratativas capitaneadas por Cunha Bueno, no final de 1992 (NÉMETH-TORRES, 2008). Conforme o documento oficial, o novo rei, caso a monarquia obtivesse a maioria dos votos, seria escolhido pelo Congresso Nacional, entre brasileiros natos, exceto em situações de banimento ou exílio, o que sutilmente excluiria Dom Luiz e Dom Bertrand, nascidos na França, os quais, mesmo assim, eram vistos como candidatos a rei por grande parcela dos monarquistas⁷. Em suma, o consenso sobre a pauta não foi obtido, mesmo após tantos anos.

Nas mídias, o lema mais sobressalente da campanha monarquista era “Vote no Rei”, que carecia de concretude e era tido como enganoso por jornalistas de *Manchete*, como José Esmeraldo Gonçalves (1993, p. 71). Juntamente com um público desinteressado, a campanha das três frentes foi marcada pelo fracasso em se obter um entendimento real dos assuntos debatidos. No que toca aos monarquistas, ideias extravagantes eram superdimensionadas,

⁷ PROJETO de Monarquia Parlamentar (17/2/93). In: MORAES, Antônio Ermírio de et al. **Plebiscito**: Como Votarei?. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 148-159.

como a gratidão dos descendentes de escravos à Princesa Isabel, devido à assinatura da Lei Áurea, ponto notabilizado pela carnavalesca Dona Neuma da Mangueira no decorrer do horário político (MIGUEL, 1996).

Descendentes de Dom Pedro II, entendidos como aptos a assumirem o eventual trono brasileiro, continuavam em voga nas páginas de *Manchete*, a exemplo de Dom João Henrique, Dom Pedro Gastão e Dom Alberto, irmão de Dom Luiz, entrevistados pelo semanário da Bloch Editores (ORLEANS E BRAGANÇA, 1993; CONY, 1993; CONY E OUTROS, 1993). Do que foi veiculado naquele período, pouco era essencialmente uma novidade, ganhando proeminência os conflitos dinásticos, a oposição de alguns membros da família à TFP e os pensamentos que primavam por uma moralização do Brasil.

Por motivos ignorados, um debate sobre monarquia chegou a ser realizado nas dependências da Bloch Editores em março de 1993, no qual foram amplificadas as supracitadas ideias. Nessa ocasião, além de antigos apoiadores da monarquia, como Cunha Bueno e Caio Domingues, ganharam notoriedade o presidente do MPM, Gastão Reis, economistas, antropólogos e empresários, com juízos que concluía que a monarquia era algo moderno e necessário ao país (CONY E OUTROS, 1993). Também esteve presente no debate o publicitário Hélio Bloch, coordenador de comunicação da campanha monarquista, que, ademais, era primo de Adolpho Bloch – dado não citado por *Manchete*.

Bloch foi entrevistado por Mauro Silveira e Lourdes Piscitelli na edição publicada em 20 de fevereiro de 1993, juntamente com outros profissionais envolvidos na divulgação das frentes concorrentes. A reportagem, interessada em contar sobre os bastidores da confecção dos materiais oficiais de campanha, evidenciou que, diante da realização eleitoral, o ideário defendido há anos por Cunha Bueno se impôs, alicerçado em “argumentos centrais”, que iam da ineficiência da República às experiências monárquicas de sucesso internacional, passando pelo resgate histórico do Segundo Reinado e do Poder Moderador, exaltando-se o parlamentarismo como sistema de governo (SILVEIRA; PISCITELLI, 1993, p. 64)

Sem notabilizar, às vésperas do Plebiscito, a atividade de outros grupos, como os Círculos Monárquicos, notoriamente contrários a pontos explanados no projeto do MPM – que, em realidade, era desacreditado como documento, assim como os projetos das demais frentes, vistos tão somente como formalidades (BILUCZYK, 2021) –, *Manchete* seguiu sua cobertura, dando como certa a vitória da República e do presidencialismo, o que se concretizou, de fato, em 21 de abril daquele ano. A derrota nas urnas delegou aos

monarquistas que persistiram em seus ideários um estatuto de eterna oposição ao *status quo* político adquirido pelo Brasil no final do século XIX e confirmado naquela inusitada experiência eleitoral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar um pouco sobre os grupos monarquistas retratados na revista *Manchete*, no período de 1987 a 1993, recorte temporal que contou com debates políticos mais expressivos em torno do tema, considerando-se a realização do Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo. Esses grupos, poucos conhecidos pela população brasileira, mostraram-se tão diversificados em seus entendimentos como dispersos na linearidade e coerência que o assunto exigia, situando-se em um momento histórico considerado por eles mesmos muito importante para a exposição de suas ideias mais caras.

Concomitantemente, pode-se refletir acerca do interesse inusitado de *Manchete* pelo tema, concluindo-se que a revista não preconizava as ideias monarquistas, tampouco acreditava na eficácia das mesmas, o que não impedia sua constante abordagem. É possível levantar hipóteses a partir daquilo que foi produzido pelas equipes de reportagem e veiculado pelo semanário carioca. A monarquia não parece ter sido observada em um viés exclusivamente político. As reportagens, mais do que expor desavenças e contrariedades entre os simpatizantes da causa, vinculavam-se ao entretenimento, descolando-se das editoriais mais alinhadas à política.

Assim como as atividades monárquicas serviram ao entretenimento na revista, essas oportunidades de exposição foram encaradas a sério pelos grupos que interpretavam a forma de governo como um recurso de melhoramento da política nacional, interessados em pavimentar possibilidades de futuro, em meio à efervescência de ideias atípicas. Mesmo assim, essas organizações não escondiam suas contendas, exacerbando um conservadorismo em desalinho. Os chamados “restauracionistas” optavam pela dinastia sem sopesar a percepção negativa imperativa à TFP, reprovada por quem rechaçava a presença do trineto de Dom Pedro II na organização. Já os “instauracionistas” abriam a porta de uma monarquia nova, mas sem um consenso sobre o rei.

Todos esses pontos ajudaram a compor o interesse jornalístico almejado por *Manchete*, que se aproveitou de memórias, hábitos e tendências ideológicas de difícil

resolução para construir sua narrativa. Com auxílio de conhecimentos embasados na análise do produto da imprensa, obtém-se compreensões acerca daquele momento histórico, o qual pode ainda interferir nas ações e no pensamento de grupos sintonizados com o discurso da monarquia, que se espalham pelo Brasil, bem como no modo como são vistos esses monarquistas na sociedade, em geral.

Os debates sobre a forma de governo não evoluíram da maneira como imaginava Cunha Bueno na Constituinte, mas os registros a respeito da diversidade de pensamentos, das tendências e das disputas entre os próprios monarquistas estampados na revista ajudaram a entender nuances da história do Brasil, considerando que os defensores da monarquia, alinhados ou não, eram contendores da disputa efetuada em 1993, estando vinculados à causa e interferindo na recepção ideológica captada pelo eleitor.

REFERÊNCIAS

Fontes de pesquisa

ACCIOLI, Cláudio. Monarquia: o império do marketing. **Manchete**, nº 2033, 30 mar. 1991, p. 36-42.

CONY, Carlos Heitor. Dom Pedro III: A Solução Real para o Brasil. **Manchete**, nº 2137, 20 mar. 1993, p. 30-35.

CONY, Carlos Heitor; MALTA, Maria Helena; MELO FILHO, Murilo; MUGGIATI, Roberto. Quem vai para o trono? **Manchete**, nº 2139, 3 abr. 1993, p. 30-31.

GONÇALVES, José Esmeraldo. O *marketing* da ilusão. **Manchete**, nº 2137, 20 mar. 1993, p. 71.

LOPES, Malu. Monarquia-93: Um plebiscito ameaça a República. **Manchete**, nº 1915, 31 dez. 1988, p. 114-119.

MALINA, Miriam. Monarquia: A família real vai subir a rampa? **Manchete**, nº 1936, 27 maio 1989, p. 38-45.

MELO FILHO, Murilo. Emenda Monarquista. **Manchete**, nº 1859, 5 dez. 1987, p. 102.

MELO FILHO, Murilo. Furo na emenda. **Manchete**, nº 1887, 18 jun. 1988, p. 100.

ORLÉANS E BRAGANÇA, Dom João de. Um príncipe à brasileira – Entrevista concedida a Maria Helena Malta. **Manchete**, nº 2132, 13 fev. 1993, p. 14-17.

Quem vai para o trono. **Manchete**, nº 2105, 8 ago. 1992, p. 68.

SILVEIRA, Mauro. Juventude Monarquista: O império contra-ataca. **Manchete**, nº 2109, 5 set. 1992, p. 62-65.

SILVEIRA, Mauro; PISCITELLI, Lourdes. O marketing do Plebiscito. **Manchete**, nº 2133, 20 fev. 1993, p. 62-64.

VAREJÃO, Marilda. Monarquia: o Brasil de volta ao futuro? **Manchete**, nº 1830, 16 maio 1987, p. 20-27.

Referências Bibliográficas

BAMMANN, Kellen. **Por trás de uma tampinha de Coca-Cola, um mundo de coisas boas**: o American way of life nas páginas de *O Cruzeiro* e *Manchete* (1950-1959). 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. 202f.

BILUCZYK, Roberto. A concepção e o desenvolvimento das campanhas do Plebiscito de 1993, conforme as revistas *Manchete* e *Veja*. In: MAYER, Leandro; PONGAN, Pâmela; MORO, Taciane Neres. **História, Política e Mídias**. Itapiranga: Schreibern, 2022.

BILUCZYK, Roberto. **Da Constituinte ao Plebiscito**: discussões e representações sobre formas e sistemas de governo nas revistas *Manchete* e *Veja* (1987-1993). 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2021. 269f.

BILUCZYK, Roberto. Os monarquistas e o Plebiscito de 1993: construções da memória e das representações. **História Unicap**, v. 7, n. 13, p. 180-196, jan./jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 85-A, de 23 de dezembro de 1889**. Cria uma comissão militar para o julgamento dos crimes de conspiração contra a República e seu governo, aplicando-lhe as penas militares de sedição.

BRASIL. **Lei 8.624, de 4 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre o plebiscito que definirá a forma e o sistema de governo e regulamenta o art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterado pela Emenda Constitucional nº 2.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. “Vote no Rei”: o plebiscito de 1993. In: **Café História** – história feita com cliques. 2010. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/vote-no-rei-o-plebiscito-de-1993/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

CORRÊA, Thomaz Souto. A Era das Revistas de Consumo. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA, Lucas Nascimento Ferraz. Modelos de *lobby* no processo constituinte de 1987-88. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, v. 3, n. 1, p. 70-97, 2015.

CUNHA BUENO, Antônio Henrique Bittencourt. **A Solução é o Rei**. Brasília: Câmara dos Deputados – Coordenação de Publicações, 1988.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2017.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPGH em História da UFRGS**, p. 19-28, 1995.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018, p. 27-71.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; FIGUEIREDO, Marcus. **O plebiscito e as formas de governo**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FIGUEIRÓ, William Giovanaz. Monarquistas do Tempo Presente: breve ensaio acerca das noções temporais e ações políticas através das ferramentas de internet. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015.

FLORES, Élio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (org.) **O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 72-77.

GONÇALVES, José Esmeraldo; MUGGIATI, Roberto. A Janela do Russell. In: GONÇALVES, José Esmeraldo; BARROS, J. A. (Orgs.). **Aconteceu na Manchete: as Histórias que Ninguém Contou**. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008, p. 21-53.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os Subversivos da República**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

LE MOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial, volume III (1870-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009a.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanesi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MIGUEL, Luís Felipe. Sentidos do Passado: nação, tradição e história na campanha eletrônica para o plebiscito de 21 de abril de 1993. In: **Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu: ANPOCS, 1996.

MORAES, Antônio Ermírio de et al. **Plebiscito: Como Votarei?**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 148-159.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo, Contexto, 2017.

NÉMETH-TORRES, Geovani. A Odisseia Monarquista no Plebiscito Nacional de 1993. **Veredas da História**. Ano I, n. 1, Art. 4, 1 abr. 2008.

PÁDUA, Gesner Duarte. Manchete: a cortesã do poder. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**, v. 2, p. 213-222, 2013.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. Conservadorismo coroadado: movimentos monarquistas no Brasil atual. **Estudos Sociológicos**. Araraquara, v. 22, n. 42, p. 15-34, jan.-jun. 2017.

SANTOS, Armando Alexandre dos. **Parlamentarismo, Sim! Mas à brasileira**: com Monarca e com Poder Moderador eficaz e paternal. São Paulo: Artpress, 1992a.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa. **Brasil**: Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ZANOTTO, Gizele. **TFP – Tradição, Família e Propriedade**: As Idiossincrasias de um Movimento Católico no Brasil (1960-1995). Passo Fundo: Méritos, 2012.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**. São Paulo, v. 4, p. 89-102, jun. 1985.